



DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

Copel privatizada
está entre as piores
companhias do País
Página 3



Sinergia entrega Pauta
de Reivindicações à
Direção da CEREL
Página 3



EDITORIAL

Um conto de dois Tarcísios



Foto: Bruno Collaço/Agência AL

Coincidências e comparativos são sempre eficientes para a construção de textos e apresentação de argumentos. Aqui, vamos falar de dois perfis de uma mesma pessoa. Esse é o conto de dois Tarcísios. Formado pela Universidade Federal de Santa Catarina, Tarcísio Rosa é Engenheiro Eletricista. Iniciou a carreira na Eletrosul e quando a empresa foi privatizada escolheu ficar na parte privada, comprada pela Tractebel. Passou pela Eletrobras e chegou à Diretoria e depois à Presidência da Eletrobras Amazonas, uma das distribuidoras de energia incorporadas pela Estatal nos anos 2000. Foi indicado para a Presidência da Celesc em 2023, tendo sido destacado pelo dito “perfil técnico”.

É neste perfil técnico que se apresenta Tarcísio. No dia 9 de abril, durante a Audiência Pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) que debateu a Celesc Pública na presença de mais de 600 trabalhadores da empresa de todo o estado, quem subiu ao palco sob as vaias do público foi o “Tarcísio Técnico”. Essa foi a imagem que ele tentou vender, pelo menos. Logo no início destacou que a Diretoria da Celesc é composta por 5 empregados de carreira da empresa e que os demais teriam perfil técnico, ele incluído, pelo seu histórico de 47 anos de atuação no setor elétrico.

Sempre que um Diretor de uma estatal afirma que é um quadro técnico, já existe uma piada de mau gosto, afinal de contas, se foi indicado pelo governo, ele é uma indicação política. Ao se afirmar como “técnico”, Tarcísio quis negar que age de forma ideológica. Para ele, uma atuação ideológica seria movida por paixões e um burocrata, técnico e focado no trabalho regulado pela conformação do mercado não pode ser assim.

Mas de cima do palco, irritado pelo desprezo dos celesquianos e pelas manifestações do Coordenador da In-

tercel, Mário Jorge Maia, e do Representante dos Empregados no Conselho de Administração, Paulo Guilherme Horn, que expuseram uma gestão que precariza as condições de trabalho, sobrecarrega e adocece trabalhadores e impõe à população um serviço também precarizado, quem falou ao microfone foi o Tarcísio Ideológico. O Tarcísio soldadinho do capital privado. O Tarcísio Privatista.

Nos últimos tempos, a incidência de eventos climáticos extremos tem aumentado em todo o país. Santa Catarina figura entre os estados mais castigados por tornados, tempestades, enchentes, enquanto só agora outros estados tem entrado na rota das calamidades. Se em Santa Catarina o serviço prestado pelos celesquianos se destaca pela qualidade e responsabilidade, sendo elogiado pela população e reconhecido pelos órgãos fiscalizadores, as empresas privadas que atuam em outros estados atingidos têm sido alvo de críticas contundentes da sociedade, dos órgãos de fiscalização e do próprio poder público. O planejamento de Tarcísio Rosa para a Celesc segue a mesma cartilha. A recusa em recompor o quadro de pessoal e o aumento da terceirização são bandeiras transcritas na gestão da empresa e a exposição nas falas das representações dos empregados irritaram o Presidente.

Tarcísio leu um resumo de “ações e resultados” de sua gestão. Destacou o plano de investimentos como o maior da história; a expansão e modernização do sistema elétrico, com várias obras sendo realizadas; a rede trifásica no meio rural; os investimentos em eletropostos; entre outros pontos. Mas o grande destaque foi o financeiro: lucro recorde de R\$ 715 milhões em 2024. Com essa lista de realizações, Tarcísio quis enfrentar a realidade e afrontar o Representante dos Empregados no Conselho. No púlpito, voltou-se de frente para o Conselheiro e questionou: “Precarização? Onde, Conselheiro?!”

A bravata encontrou a ira da plateia. Primeiro, porque negar a precarização para quem sofre dela é ridículo. Segundo, porque atacar a representação destes trabalhadores diante deles é burrice. Os celesquianos vaiaram, criticaram a tentativa de constranger o Conselheiro e ainda recomendaram: vá à base que você verá como sua gestão precarizou o trabalho. O Tarcísio Ideológico foi engolido pelo repúdio dos trabalhadores e, covardemente, se colocou em posição de vítima, pedindo respeito.

Tarcísio ainda mentiu, dizendo que os resultados de continuidade da empresa eram os melhores da história. Uma breve pesquisa nos relatórios divulgados pela sua própria gestão já mostra a piora do DEC de 2024 em relação a 2023. Tentar usar um dado errado para convencer

um público que sente na pele a precarização, dificultando o atendimento à população é uma péssima estratégia. Mentiu de novo, ao dizer que não foi avisado dos problemas antes da migração do sistema comercial, tendo sido desmentido na fala do Diretor do Sinergia, Lucas Henrique da Silva.

Por fim, quis novamente atacar o Conselheiro eleito pelos trabalhadores, dizendo que as decisões passam pelo Conselho de Administração e que os empregados elegem um membro deste Conselho, como se dissesse que esse modelo de gestão tinha respaldo do Representante dos Empregados. Mas todos os trabalhadores sabem que não tem, que a representação dos empregados tem denunciado as mazelas da gestão Tarcísio e que **dentro do Conselho os empregados têm um só voto, que sempre é contrário às investidas privatistas e à ótica privada que o Presidente da Celesc tanto defende.**

A verdade é que é impossível equilibrar estes dois Tarcísios. Ele mesmo já não consegue uma composição entre suas posições e a promessa do Governador do Estado, Jorginho Mello, de não privatizar a distribuidora catarinense. Tarcísio, convicto que a privatização é o caminho, planeja a Celesc desta forma, na contramão das posições do Governo, externadas pelo Deputado Estadual Ivan Naatz e pelo Secretário da Casa Civil Kennedy Nunes, que reafirmaram o compromisso do governador contra a privatização.

Mas o Tarcísio que se sobrepõe é o Tarcísio Ideológico.

O Presidente da Celesc é amplamente favorável às privatizações. Em sua gestão na distribuidora de energia amazonense, foi o maior defensor da venda da estatal, tendo classificado sua privatização como “missão cumprida”. Em entrevista ao colunista Moacir Pereira, em 2023, se posicionou contrário à reestatização da Eletrobras. Em entrevista à Rede Catarinense de Notícias, ainda em 2023, Tarcísio Rosa foi questionado sobre os problemas de atendimento da Enel. Para o Presidente da Celesc, o problema foi de comunicação, minimizando os impactos da privatização no atendimento à população. Parece paradoxal que o Presidente de uma distribuidora de energia elétrica pública, que tem um grande histórico de bons serviços prestado à população contemporize o desastre da Enel em São Paulo. Mas a condição de Tarcísio Rosa na Celesc é mesmo paradoxal. Tarcísio é um privatista. Suas declarações dão conta de que a privatização é, para ele, uma oportunidade. Mais do que questões ideológicas pessoais, criticar a Enel seria, para Tarcísio, criticar a si mesmo.

(Continua na próxima página)

Em fevereiro deste ano, em entrevista ao jornalista Marcelo Lula, Tarcísio afirmou que a privatização é um “caminho que deve ser tomado”. Em março, reformou a ideia durante manifestação na Comissão dos Direitos do Consumidor e do Contribuinte e de Legislação Participativa, na Alesc. Pois durante a Audiência Pública Tarcísio foi questionado, novamente, de forma direta sobre sua posição. Defende a empresa pública ou a privatização? Tentou fugir, dizendo que defende uma empresa que “sempre cresce, porque empresa que não cresce, desaparece”. A rima não colou. Pior, Tarcísio foi ainda achincalhado nas manifestações do público, com auxílio de sua própria rima, quando questionado se o “desaparecimento” da Amazonas Energia após sua gestão foi incompetência ou safadeza.

O conto de dois Tarcísios remete ao clássico da Literatura inglesa “Um conto de duas cidades”, escrito por Charles Dickens. O livro se passa em Londres e Paris e aborda os

acontecimentos que fizeram eclodir a Revolução Francesa, numa crítica social intensa, com a denúncia dos abusos e arbitrariedades praticadas pela nobreza e os efeitos da desigualdade social em uma população sedenta por justiça e vingança. Dieckens escreve: “Foi o melhor dos tempos, foi o pior dos tempos; foi a idade da sabedoria, foi a idade da tolice, foi a época da fé, foi a época da incredulidade, foi a estação da luz, foi a estação das trevas, foi a primavera da esperança, foi o inverno do desespero; tínhamos tudo diante de nós, tínhamos nada diante de nós, íamos todos direto para o Paraíso, íamos todos direto no sentido contrário”.

O Tarcísio Rosa verdadeiro é a idade da tolice, sem sombra de dúvidas. Tarcísio defende terceirização e redução de quadro de pessoal próprio – a síntese da privatização – e ataca os próprios celesquianos que se dispõem a lutar. Aliás, provocou a categoria desde o início de sua fala na Audiência Pública, insinuando que quem estava ali não es-

tava trabalhando. Essas provocações receberam respostas à altura. As vaias à Tarcísio são a manifestação mais clara do repúdio dos celesquianos a um Presidente que não tem tamanho para conduzir a maior estatal catarinense. Como disse na audiência o Diretor do Sindinorte e ex-Representante dos Empregados no Conselho de Administração, Jair Maurino Fonseca: “Tarcísio, você não é digno de ser Presidente da Celesc”.

A França do livro de Dieckens foi palco de uma grande revolução. Uma revolução de paradoxos, mas que levou à queda da Bastilha. Dela, uma frase de Jean Meslier sobressai, mas parece mais adequada a adaptação feita por estudantes franceses do Comitê de Ocupação da Sorbonne nas manifestações de maio de 1968: “a humanidade não será feliz até que o último capitalista seja enforcado com as tripas do último burocrata”.

Que venha a revolução.

FESUL

Avança organização dos Urbanitários do Sul do Brasil

Federação recém criada realiza primeiro planejamento

A Federação Interestadual dos Urbanitários do Sul do Brasil (FESUL) foi criada por diversos sindicatos dos setores de energia e saneamento, em assembleia de fundação realizada em Florianópolis no dia 28 de junho de 2024. A diretoria eleita na assembleia de fundação realizou entre os dias 14 e 16 de abril o primeiro planejamento anual das atividades da Federação.

O evento ocorreu em Florianópolis e contou com a participação de diversos dirigentes dos sindicatos do Paraná e de Santa Catarina, que fazem parte da FE-

SUL. O plano de ações debatido focou nas atividades inerentes ao andamento dos registros oficiais, à participação da FESUL nas lutas orientadas pela Confederação Nacional dos Urbanitários (CNU), que inclui especialmente as lutas contra as privatizações da área de Energia e de Saneamento, bem como as estratégias de ampliar a representação dos trabalhadores para alcançar os trabalhadores terceirizados.

O planejamento realizado ratificou a decisão da assembleia de fundação, de

filial a Federação Sul na Confederação Nacional assim que prontos os registros necessários da FESUL.



Galaxy M53 5G

SERVIÇO PÚBLICO

Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público e das Empresas Públicas é lançada na ALESC

Ato foi contínuo à Audiência Pública que debateu a Celesc Pública, em 9 de abril, na ALESC

Na quarta-feira da semana passada, 9 de abril, foi lançada na Assembleia Legislativa de SC a Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público e das Empresas Públicas. O ato foi bastante prestigiado com diversos trabalhadores e autoridades, em função de ter ocorrido no mesmo espaço e horário da audiência pública que debateu a gestão da Celesc Pública.

O deputado Fabiano da Luz (PT), que preside a Frente, explicou o objetivo “é monitorar, dialogar, propor leis e sugestões sobre as empresas e funcionários públicos e todos os órgãos do setor público estadual. A criação da Frente é justamente para mantermos a união, o diálogo, saber quando algum setor está mais fragilizado, precisa de uma ação maior. O objetivo é manter o monitoramento e dedicação em cima do setor público estadual”.

A deputada Luciane Carminatti (PT),

que também é signatária da Frente, argumentou que “a Assembleia Legislativa foi quem ajudou a segurar diversas vezes muitos projetos de tentativas de privatização de órgãos e empresas. E seguiu com a participação da entidades representativas dos trabalhadores organizados. Então é muito importante que essa organização se fortaleça”. Luciane deixou um recado ao presidente e diretores da Celesc presentes no ato: “Que as empresas só cresçam, que distribuam os lucros não só para os sócios, especialmente para quem paga essa conta”.

O Coordenador da Intercel, Mário Jorge Maia, o Marinho, destacou a importância da Frente na discussão das privatizações e no debate sobre o acesso universal à água e energia à toda a população. Na sequência falou a dirigente do Sintespe, Marlete Gonzaga, representando o Fórum Catarinense

em Defesa do Serviço Público, que argumentou que “o serviço público está sendo atacado de maneira estratégica: é um projeto para justificar as privatizações. O Estado tem recorrido às terceirizações, aos contratos temporários, fazendo o desmonte no serviço público de forma organizada, desvalorizando o servidor concursado e precarizando o serviço público, pois há uma rotatividade maior dos trabalhadores e o maior prejudicado disso é a população de Santa Catarina”. Por fim, Marlete lembrou que o governo tem feito uma política de isenções fiscais: “a maior isenção fiscal do País acontece em Santa Catarina. Mais de R\$ 20 bi, mais de 40% do que é arrecadado no estado é feito em isenções fiscais. E pior: não há transparência, não sabemos onde são aplicadas, qual a contrapartida. É dinheiro que deixa de ser aplicado nos municípios, na saúde, na educação”.



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

Planejamento da Intercel

Dirigentes dos sindicatos da Intercel se reuniram entre os dias 23 e 25 de abril para o Planejamento da Campanha de Data-Base na Celesc. No encontro será construída a agenda de lutas para o Acordo Coletivo 2025/2026. Além disso, também é nesse evento que ocorre a troca anual da Coordenação da Intercel - pelo revezamento, o Sinergia passará a Coordenação para o Sindinorte.

Sinergia dialoga com AXS Energia sobre demissões

O Sinergia se reuniu no início de abril com a direção da AXS para compreender o porquê de trabalhadores de um mesmo setor terem sido demitidos ao mesmo tempo - **justamente empregados que foram contrários à aprovação da Contraproposta ao Acordo Coletivo de Trabalho em Assembleia, em janeiro**. A empresa argumentou ter sido coincidência o fato. O Sinergia estuda a possibilidade de denúncia no MPT.

Eletrobras altera horário de trabalho de forma unilateral, sem diálogo

A Eletrobras alterou o horário de entrada e saída de todas as empresas. A alteração, comunicada por email, **não foi negociada com os sindicatos**. A Intersul questionou o ART da Eletrobras sobre a alteração unilateral e a justificativa para tal medida é a unificação dos horários de trabalho entre as empresas. Na grande Florianópolis, a alteração pode implicar em mais horas de trânsito, uma vez que o novo horário desloca a entrada e saída do trabalho para o pico de congestionamento, seja na entrada, seja na saída.

Solidariedade a Glauber Braga

Intercel e Intersul se solidarizam com o deputado federal Glauber Braga (PSOL/RJ), que na semana passada teve a cassação do mandato aprovada por maioria no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. **Glauber foi um dos maiores defensores da manutenção da Eletrobras Pública e segue batalhando pela reestatização da empresa**. Ele está sendo perseguido por denunciar a falta de transparência na divisão de emendas parlamentares no Congresso.

SINERGIA

Eleições para Representantes de Base serão realizadas nessa semana

As Assembleias de eleição ocorrerão apenas nos postos de trabalho onde há candidaturas homologadas

As eleições para Representantes Sindicais de Base no Sinergia estão ocorrendo nessa semana. Foram homologadas as seguintes candidaturas: **Celesc Palhoça: Walter Milton Pereira da Silva** (assembleia no local de trabalho em 16/04, às 15h); **Celesc ARFLO: Cleber Borges da Silva** (assembleia no local de trabalho em 17/04, às 14h); **Celesc Adm. Central: Consuelo Maria Teixeira Mickos** (assembleia no local de trabalho em 17/04, às 12h30); **CGT Eletrosul Sede: Paulo Sérgio Goulart e Fábio Roque Scheffel** (assembleia on line em 17/04, às 18h).

Poderão votar no pleito apenas empregados e empregadas filiados ao Sinergia até o dia 11 de abril de 2025.

COPEL

Copel privatizada está entre as piores companhias do País

Governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD), deu início ao processo de privatização dias após sua reeleição, em 2022

A Companhia Paranaense de Energia (Copel), outrora uma das melhores distribuidoras de energia do Brasil, ao lado de Celesc e Cemig, vem acumulando centenas de reclamações e piora nos índices da ANEEL. Desde a conclusão do processo de privatização, em 2023, os números só caem.

No início de abril, a ANEEL divulgou o ranking que avalia a qualidade dos serviços prestados pelas distribuidoras de grande porte e colocou a Copel na antepenúltima posição - 29ª colocação entre 31 concessionárias. A Copel ficou apenas à frente da CEEE, do Rio Grande do Sul, e da Equatorial,

CEREJ

Sinergia entrega Pauta de Reivindicações à direção da CEREJ

Preocupação com o deslocamento de trabalhadores para a nova sede da Cooperativa, em Biguaçu, também foi debatida em reunião



O Sinergia entregou nessa segunda-feira, 14 de abril, a Pauta de Reivindicações dos trabalhadores da CEREJ ao presidente da Cooperativa, Sr. Edson Flores da Cunha, e demais representantes da direção da empresa. A Pauta foi aprovada pela categoria em assembleias na semana passada. Re-

presentantes do sindicato e da CEREJ debateram a necessidade de que as negociações do Acordo Coletivo ocorram num clima de urbanidade e respeito entre as partes.

O dirigente de Políticas Sindicais do Sinergia, Carlos Alberto de Souza, o Carlinhos, aproveitou a oportunidade para relatar a **preocupação de parte dos trabalhadores em relação à mudança da sede da Cooperativa** - prevista para ocorrer a partir do mês de maio -, especialmente em relação aos meios de transporte públicos para o novo local de trabalho.

A direção da Cooperativa argumentou estar atenta a isso, garantiu que há

linhas de transporte para o novo endereço, e que disponibilizará um meio de transporte nas primeiras semanas aos empregados que tiverem necessidade.



A primeira rodada de negociação do Acordo será agendada pelas partes nos próximos dias. A data-base do Acordo Coletivo de Trabalho na CEREJ é 1º de maio.



TRIBUNA LIVRE | Por Paulo Guilherme Horn, Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc

Pensar coletivamente e planejar a Celesc Pública

Na última semana, os sindicatos da Intercel iniciaram as inscrições para o 12º Congresso dos Empregados da Celesc, que será realizado em Blumenau, nos dias 29, 30 e 31 de maio deste ano. Desde sua primeira edição, em 1997, o Congresso busca através do pensamento coletivo sobre a gestão da empresa, planejar e construir a Celesc Pública.

Vivemos hoje um momento onde pensar a gestão da Celesc é mais do que necessário. Nos últimos anos, temos aprofundado o debate sobre o planejamento da Celesc, sobre o foco da empresa e seu papel público de distribuir energia elétrica de qualidade para a população. Em um setor majoritariamente privatizado, a Celesc desponta como uma das resistentes,

concentrando a possibilidade de olhar a empresa como um grande vetor de política pública para o bem da população e para o desenvolvimento do estado.

Entretanto, para isso a Celesc não pode reproduzir, pura e simplesmente, um modelo de gestão que foca apenas no resultado financeiro e negligencia a qualidade do atendimento à população. Neste contexto, temos debatido com a categoria a forma com que a Celesc vem sendo pensada pela administração. A Celesc é hoje planejada como uma empresa pública? Ou é planejada como uma empresa privada (ou no rumo da privatização)?

Este debate tem extrapolado as paredes da empresa e foi onipresente durante a Audiência Pública realizada na Assem-

bleia Estadual do Estado de Santa Catarina, dia 09 de abril. Para os trabalhadores, é evidente que a Celesc segue um modelo que não prioriza seu papel público. A precarização das condições de trabalho é conduzida por uma combinação de redução de quadro de pessoal próprio, aumento de terceirização e priorização do lucro.

É preciso, então, debater a Celesc para além do recorte do resultado que é divulgado. Por que estariam os trabalhadores tão preocupados com a gestão da empresa se ela é, como quis dizer o Presidente, quase perfeita? A empresa dá lucro recorde, investe grandes somas e ainda está dentro dos limites regulatórios. O que há para melhorar?

Este recorte vendido pela Administra-

ção não demonstra que estamos decaindo na prestação do serviço e, para uma empresa pública, isso é mais do que perigoso. A própria sociedade vem percebendo, dado os resultados do Prêmio Aneel de Qualidade. Nosso resultado de continuidade não é o melhor da história, como disse o Presidente. O DEC de 2024 é pior do que o de 2023, e isso é fruto de planejamento. De gestão.

Construir uma empresa pública é papel dos trabalhadores e o Congresso dos Empregados é o principal evento onde a categoria pode analisar dados, debater a gestão da empresa para construir uma Celesc que, antes de tudo, seja pública.

Nos encontramos no 12º Congresso dos Empregados da Celesc!

Exposição “Entre a História e a Arte Açoriana”

Exposição está aberta até o dia 11 de maio no município de Biguaçu



A Casa dos Açores Museu Etnográfico, espaço administrado pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) em Biguaçu, na Grande Florianópolis, recebe desde o último sábado, 12 de abril, a exposição “Entre a História e a Arte Açoriana”, com obras da artista biguaçuense Márcia Cardoso e seus alunos. A visitação é gratuita e segue aberta até o dia 11 de maio, de terça a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 17h30; também aos sábados e domingos, das 10h às 12h e das 13h às 17h30.

A exposição reúne arte e memória ao levar o público a um mergulho no universo da cultura açoriana através

das cores e formas. A mostra apresenta telas que exploram com sensibilidade a memória e o legado da diáspora açoriana.

Serviço:

O quê: Exposição “Entre a História e a Arte Açoriana”

Visitação: até 11/5/2025. De terça a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 17h30; aos sábados e domingos, das 10h às 12h e das 13h às 17h30.

Local: Casa dos Açores Museu Etnográfico (Rod. Gov. Mário Covas BR101, s/nº - Balneário São Miguel - Biguaçu). Entrada gratuita.

tenho pelas coisas simples
a mais pura admiração

um graveto perdido na estrada
um caracol encaracolado
uma asa de borboleta planando no céu

uma folha seca orvalhada
um desavisado caramujo acrobático
um passarinho tomando banho de terra

uma abelha cortejando a flor
um ninho encharcado de filhotes
uma risca na lua seminua

uma joaninha sapeca
um peixe se exibindo no mar
uma libélula esvoaçante

tudo isso me toca profundamente
às vezes
até entro em êxtase

alguns dizem
é coisa de poeta

né não
só ter olhos de sentir

**Poesia de Divaldo Gilioli, trabalhador aposentado da Eletrosul e ex-dirigente do Sinergia*

CUT e movimentos lançam plebiscito sobre redução de jornada e fim da escala 6x1

Entidades que compõem as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, como a CUT, MST, demais centrais sindicais, partidos políticos, movimentos de mulheres, negros, estudantes, moradia e outros, lançaram na quinta-feira, 10 de abril, uma proposta de Plebiscito Popular para ouvir a opinião de trabalhadores e trabalhadoras sobre a redução de jornada de trabalho sem redução de salário, o fim da escala 6x1 e a isenção de pagamento de imposto de renda (IRPF) para quem recebe até R\$ 5 mil por mês e aumento da taxa para quem ganha mais de R\$ 50 mil mensais, como forma de justiça tributária.

Além dos movimentos populares, a proposta de construir uma consulta à população teve também adesão de movimentos sociais ligados às igrejas.

O secretário nacional de Mobilização e Relação com Movimentos Sociais da CUT, Milton dos Santos Rezende, destacou que “o fim da escala 6x1 vai permitir a gente ter novo emprego, trabalho decente, qualidade de vida porque hoje temos mais de 50 milhões de homens e mulheres que estão em trabalho precário, sem direitos sociais e sem previdência. A redução da jornada

vem para isso, para incorporar o conjunto de trabalhadores com direitos e garantias sociais”.

Milton reforçou que a ideia de construir o Plebiscito Popular é para ouvir a população sobre temas que impactam a vida da classe trabalhadora do país após anos de perdas de direitos nos governos Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL).

“É um momento de fazer disputa política e ideológica em cima das três perguntas que vamos colocar no plebiscito. Se o trabalhador é a favor da redução da jornada sem redução salarial, se é a favor do fim da escala 6x1 e se é a favor que super ricos e os ricos paguem mais impostos para isentar quem ganha até 5 mil reais”, completou o dirigente.

Ao destacar que os três eixos centrais do plebiscito popular são temas históricos defendidos desde a fundação da CUT, o dirigente pontuou que a redução de jornada possibilita qualidade de vida dos trabalhadores, em especial das mulheres que enfrentam a tripla jornada.

Jornada de luta: A partir de agora, o Plebiscito Popular terá como meta a ela-

boração de comitês municipais, regionais, por local de trabalho, moradia, estudo e em todos os lugares, com objetivo de construir uma grande votação que ocorrerá ainda em 2025.

Foto: Roberto Parizotti/CUT



Os organizadores anunciaram que haverá um curso de formação visando capacitar pessoas para conduzir o processo de construção do plebiscito no interior das organizações que já pertencem e, principalmente, para fazer o trabalho de base e educação popular.

No ato de lançamento, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da Universidade de São Paulo (USP), no centro da capital paulista, a coordenação do plebiscito destacou a unidade de todas as organizações dos movimentos populares e sociais

Por Walber Pinto/CUT Nacional

do país em torno de bandeiras concretas que dialogam com a classe trabalhadora: “Será um desafio muito importante porque vamos trabalhar com dois grandes eixos, que é o eixo do trabalho, e o eixo da justiça social, temas que não são novos. São temas históricos”, lembrou Milton.

Barrar a extrema direita: Uma das estratégias de mobilização da consulta popular é barrar discurso de ódio da extrema direita que cresceu e cresce em diferentes partes do mundo, inclusive no Brasil.

O que é o Plebiscito Popular

Plebiscito é um instrumento de consulta popular, previsto no artigo 14 da Constituição e regulamentado pela Lei 9.709/98, que possibilita os cidadãos serem consultados antes de uma lei ser constituída. Desta forma, o teor da lei a ser aprovada é definido pelo povo.

Para conhecer melhor o projeto, acesse: [instagram.com/plebiscitopopular/](https://www.instagram.com/plebiscitopopular/)